

**Flora Thamiris Rodrigues Bittencourt**  
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO  
flora\_thamiris@hotmail.com

**Deborah Moraes Zouain**  
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO  
deborahzouain@gmail.com

## A ECONOMIA CRIATIVA NA PERSPECTIVA DA TEORIA CRÍTICA DA INDÚSTRIA CULTURAL

### RESUMO

O artigo trata-se de um estudo teórico a respeito do termo teoria crítica. Tem como objetivo principal analisar o conceito da teoria crítica fundamentada, inicialmente, por uma discussão sobre a indústria cultural e a sua relação com a classificação do termo economia criativa, a partir de uma revisão de literatura. Um dos intelectuais, criadores da expressão teoria crítica foi Horkheimer. Essa teoria pretende ser construtiva e com princípios emancipatórios, isto é, ideais libertadores, a fim de que o indivíduo seja capaz de pensar criticamente a respeito da manipulação que sofre devido às ações coercitivas que são realizadas pelo sistema. Além disso, há autores que ponderam que esta teoria é um conjunto de pensamentos distintos aos conhecimentos provenientes da época modernista. Como resultados, observa-se que ocorre a mercantilização da cultura de massa e, dessa forma, os indivíduos não são capazes de refletir sobre o que consomem e, com isso, há a alienação das massas. A Economia Criativa pode servir como contraponto desta realidade atual, pois a criatividade é um valor com fundações na autonomia e liberdade. Além disso, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento este setor favorece o desenvolvimento econômico, e vem promovendo a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano.

**Palavras-chave:** Teoria Crítica. Indústria Cultural. Economia Criativa.

## THE CREATIVE ECONOMY FROM THE PERSPECTIVE OF THE CRITICAL THEORY OF THE CULTURAL INDUSTRY

### ABSTRACT

The article is a theoretical study about the term critical theory. The main objective is to analyze the concept of critical theory based, initially, on a discussion of the cultural industry and its relationship with the classification of the term creative economy, based on a literature review. One of the intellectuals, creators of the expression critical theory was Horkheimer. This theory intends to be constructive and with emancipatory principles, that is, liberating ideals, so that the individual is able to think critically about the manipulation he suffers due to the coercive actions that are performed by the system. In addition, there are authors who consider that this theory is a set of thoughts distinct from the knowledge from the modernist era. As a result, it is observed that the commodification of mass culture occurs and, therefore, individuals are not able to reflect on what they consume and, with that, there is the alienation of the masses. The Creative Economy can serve as a counterpoint to this current reality, because creativity is a value with foundations in autonomy and freedom.

In addition, according to the United Nations Conference on Trade and Development, this sector favors economic development, and has been promoting social inclusion, cultural diversity and human development.

**Keywords:** Critical Theory. Cultural Industry. Creative economy.

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo tem como objetivo analisar o conceito da teoria crítica fundamentada, inicialmente, por uma discussão sobre a indústria cultural e a sua relação com classificação do termo economia criativa, a partir de uma revisão de literatura. Dessa forma, acredita-se ser necessário haver fundamentação teórica sobre teoria crítica, a fim de demonstrar sua relevância que, conforme ponderam Alvesson e Deetz (1999), esta teoria é um conjunto de pensamentos distintos aos conhecimentos provenientes da época modernista.

A teoria crítica não admite a neutralidade positivista por achá-la parcial. Uma vez difundida essa teoria em vários campos das ciências sociais, então surgiram teóricos críticos em Administração, especialmente na área de estudos organizacionais, opondo-se ao *mainstream* funcionalista. Vale destacar que no Brasil esse grupo teve forte influência no campo, enquanto no mundo anglo-saxão sua recepção foi menos acolhedora e sofreu ampla resistência (ALVESSON; BRIDGMAN; WILLMOTT, 2009).

Como qualquer grupo científico que tende a politizar-se, que busca definir territórios e excluir desavenças, e também combater a falta de espaço editorial e de debate para abordagens não positivistas na hegemonia norte-americana, muitos desses teóricos críticos estrangeiros acabaram se organizando em torno do grupo hoje

conhecido como Estudos Críticos em Administração (*Critical Management Studies*, ou CMS). Atualmente, o CMS tornou-se, depois de quase duas décadas de constituição, um grupo restrito e até certo ponto restritivo de teóricos, com suas próprias definições e parâmetros das fronteiras do que seria ou não crítico em estudos organizacionais (ALVESSON; BRIDGMAN; WILLMOTT, 2009).

As ideias formuladas pela Teoria Crítica podem ser vistas como as bases filosóficas predominantes na constituição dos CMS. Os CMS propõem um questionamento da autoridade e da relevância do pensamento e da prática gerencial dominante (ALVESSON; BRIDGMAN; WILLMOTT, 2009). Os autores do movimento CMS partem do pressuposto de que a organização serve para atender a uma dada elite, a alguns grupos ou interesses em detrimento dos interesses ou sobrevivência de outros grupos que se encontram em condição de desvantagem. Desse modo, todos os grupos sociais devem ter a possibilidade de emancipação (ALVESSON; BRIDGMAN; WILLMOTT, 2009).

Sobre a justificativa e relevância deste artigo, o presente trabalho pode ser definido como crítico, uma vez que os estudos críticos buscam propor explicações alternativas ao *mainstream*, reflexões contrárias ao pensamento gerencialista dominante, ensaios, pesquisas, trabalhos que buscam dar espaço e credibilidade às minorias silenciadas, que explicitam seu

inconformismo com o *status quo* ou que não compactuam, epistemologicamente ou metodologicamente, com o paradigma funcionalista (FOURNIER; GREY, 2000).

Para entender o conceito de indústria cultural é preciso, primeiramente, compreender sobre teoria crítica. Este artigo teve como prioridade abordar sobre a teoria crítica frankfurtiana, cuja expressão – teoria crítica – foi criada por Horkheimer, e sua relação com a classificação do termo economia criativa, a partir de uma revisão de literatura. Construir uma teoria crítica é um trabalho árduo, visto que a teoria precisa ser condizente com os desafios da contemporaneidade (ALCADIPANI; TURETA, 2009). Os autores argumentam que devido ao mundo ser multicultural e multifacetado, a teoria crítica não pode ser baseada em supostos universalismos. Precisa abarcar todos os aspectos de uma sociedade com situações adversas.

É válido destacar que a natureza da teoria crítica é reflexiva. Essa teoria não tem como objetivo descrever o que ocorre na sociedade, nem ao menos de prescrever ações para solucionarem reveses dos indivíduos e do meio que estão inseridos (NOBRE, 2012). A teoria crítica tem como princípio, segundo o autor, esclarecer sobre como as coisas deveriam ser, ao invés de autores estudarem como as coisas são. Nobre (2012) alega ser impossível descrever como as coisas são. Segundo o autor, a teoria crítica é entendida como um conjunto de ideias que orientam a ação. Essas ações devem estar articuladas, para que haja emancipação da sociedade e capacidade de se pensar criticamente sobre as adversidades econômicas, políticas e sociais presentes na atualidade.

Por isso, a teoria crítica envolve um grau de complexidade (FREITAG, 2004; NOBRE, 2012). Não são todos que são capazes de enxergar o mundo em que vivem com abordagem crítica. Por isso, torna-se oportuno para o sistema vigente deturpar a realidade atual. Isso provoca, premeditadamente, a dominação e alienação por parte de quem administra a sociedade (FREITAG, 2004; DUARTE, 2003).

Desse modo, já que a teoria crítica é baseada em princípios emancipatórios, buscou-se explicar essa teoria na seção dois deste artigo, para que adiante, na seção três, seja esclarecido o motivo da indústria cultural ter sido estudada à luz da teoria crítica da Escola de Frankfurt, posto que tal indústria pode ser compreendida sob a forma de mercantilização da cultura de massa.

## 2. A TEORIA CRÍTICA FRANKFURTIANA

Esta seção tem a finalidade de apresentar e explicar a teoria crítica frankfurtiana ou a Escola Frankfurtiana como é chamada por alguns autores, a fim de esclarecer posteriormente por que compreender o conceito de indústria cultural. Segundo Tenório (2002) a teoria crítica frankfurtiana tem sido investigada sob os mais variados aspectos. Há análises que a avaliam como um importante movimento de pensadores alemães, como um conjunto dos denominados marxistas ocidentais e autores que a entendem como um círculo, ao invés de a aceitarem como uma escola no sentido filosófico da palavra.

Como afirma Freitag (2004), a Escola de Frankfurt refere-se a um grupo de intelectuais e a uma teoria social. Com esse termo, a autora explica que se procurou designar a

[...] institucionalização dos trabalhos de um grupo de intelectuais marxistas, não ortodoxos, que na década dos anos 20 permaneceram à margem de um marxismo-leninismo ‘clássico’, seja em sua versão teórico-ideológica, seja em sua linha militante e partidária. (FREITAG, 2004, p. 10).

Tenório (2002) pondera que o criador da expressão teoria crítica, Horkheimer, examina a teoria tradicional de estilo cartesiano. Explica que a teoria tradicional, de acordo com os frankfurtianos, preocupa-se em

[...] estabelecer princípios gerais, enfatizar o empirismo e a verificação e identificar proposições gerais para submetê-las à prova; visa ao conhecimento puro antes que a ação. (TENÓRIO, 2002, p.36).

A diferença existente entre a teoria tradicional e a teoria crítica é devido ao fato desta última fornecer esclarecimento entre os agentes que a defendem, ou seja, capacita esses agentes a estipular quais são os seus verdadeiros interesses (TENÓRIO, 2002). Além disso, são inerentemente emancipatórias, o que significa que essa teoria liberta os agentes de um tipo de coerção que é pelo menos parcialmente, autoimposta a autofrustração da ação humana consciente, para Vieira e Caldas (2006). Vale ressaltar que a teoria crítica tem conteúdo cognitivo, isto é, são formas de conhecimento. Por fim, a teoria crítica difere epistemologicamente da teoria em ciências naturais, uma vez que a primeira é reflexiva e a segunda é objetivista (TENÓRIO, 2002).

A teoria crítica, diante do entendimento de Rabaça (2005), possui três objetivos que se destacam: servir de guia à ação humana, por meio do esclarecimento ou capacitação para uma visão verdadeira, por isso o aspecto emancipatório dessa teoria torna-se relevante; ser

reflexiva para cumprir o objetivo da seção anterior; ser uma teoria construtiva, para diferir da teoria tradicional e dos sistemas filosóficos fechados. Para o referido autor, a teoria crítica precisa estar inserida dentro de uma ampla explicação da sociedade contemporânea.

Compreender a respeito de teoria e da prática para a teoria crítica é necessário, visto que a teoria crítica se opõe à visão tradicional de teoria e de prática, conforme analisa Vieira e Caldas (2006). Os autores esclarecem que uma teoria é composta por um conjunto de hipóteses ou de argumentos utilizados para compreender fenômenos reais. Portanto, uma teoria visa a descrever como as coisas são, isto é, como a realidade é. Uma teoria, para ser considerada científica, precisa ser capaz de gerar suposições. Uma teoria é comprovada ou refutada quando as suposições se confirmam ou não. Desse modo, a teoria se opõe da prática, visto que conhecer e agir são coisas distintas (VIEIRA; CALDAS, 2006).

Nobre (2012) clarifica que a base da teoria crítica está no seguinte princípio: é impossível mostrar as coisas como realmente são, senão a partir da perspectiva de como elas deveriam ser. O autor esclarece que o “deve ser” se refere às possibilidades não realizadas pelo mundo social. Observa o que o mundo poderia ter de melhor se suas potencialidades se realizassem. Tal identificação possibilita enxergar como o mundo funciona e, diante disso, verificar os obstáculos à realização das suas potencialidades. Assim, para Vieiras e Caldas (2006), a teoria crítica aponta para a prática a partir da realização desses potenciais, por meio da identificação e rompimento dos obstáculos. É a teoria no ato. O ato é aquele da realização dos

potenciais do mundo, e tais potenciais são de natureza necessariamente emancipatória.

No entanto, a teoria crítica é hoje apenas uma dentre muitas formas de crítica social radical, de acordo com o entendimento de Nobre (2012). Além do mais, para o autor, o campo crítico no sentido mais amplo do termo não se organiza mais em torno de Marx como referencial teórico inaugural partilhado, todavia a referência original ao pensamento de Marx deve se manter viva.

Domingues (2011) também faz uma crítica em seu estudo analisando que é necessário pensar os rumos da teoria crítica hoje com referência concreta ao mundo contemporâneo. Não se deve restringir a ideia de teoria crítica à tradição da chamada Escola de Frankfurt e seus desdobramentos. Muito menos limitá-la ao que se convencionou chamar de “marxismo ocidental”, conforme pondera Domingues (2011). É preciso compartilhar alguns pressupostos comuns, contudo Domingues (2011) afirma que seu enfoque na teoria crítica é mais ecumênico, com intuito de contribuir para a renovação do vasto campo teórico que essa teoria possui. Diante do que foi exposto acerca da teoria crítica neste artigo, torna-se evidente os princípios de reflexão e emancipação que permeiam essa teoria. Dessa forma, Freitag (2004) pondera que provavelmente a teoria crítica da Escola de Frankfurt passou a ser mais conhecida pela sua crítica à cultura de massa do que pelos seus demais trabalhos em outros campos do saber, como exemplo a filosofia, a crítica literária, a sociologia, a teoria do conhecimento.

Isso ocorreu, como observa Duarte (2003), já que a teoria crítica possui um viés

crítico para avaliar que a cultura de massa se tornou um campo de exploração econômico, administrado de cima para baixo e voltado apenas para os objetivos de produção de lucro e garantia de adesão ao sistema capitalista por parte do público. Adorno e Horkheimer (1985) divulgam o conceito de indústria cultural em sua obra *Dialética do Esclarecimento*, o qual abordam o conceito de cultura de massa. Os autores asseveram que na indústria cultural tudo passa a ser um negócio. Logo, a cultura tratada de forma mercadológica, neste caso a cultura de massa, não proporciona reflexão ao indivíduo e, com isso, o processo de emancipação por meio da cultura, como salienta a teoria crítica, não ocorre.

### **3. A DISCUSSÃO DA INDÚSTRIA CULTURAL E A ESCOLA DE FRANKFURT**

Freitag (2004, p.72) avalia que a indústria cultural é a “forma *sui generis* pela qual a produção artística e cultural é organizada no contexto das relações capitalistas de produção”, lançada no mercado e por este consumida. Desse modo, a autora analisa que em uma sociedade cujas relações sociais são mediatizadas pela mercadoria, as obras de arte, ideias e valores espirituais se transformam em transações. Então, essas obras ficam destinadas à venda e, conseqüentemente, sua lucratividade ou aceitação no mercado ficam sendo aspectos prioritários em detrimento do seu valor estético, filosófico e literário intrínseco.

Silva (2002) esclarece sobre a mercantilização da cultura. Após a Revolução Industrial, ocorrida na Europa, o comércio se

fortaleceu e o capitalismo tornou-se consolidado com as revoluções científicas e com o advento de novas tecnologias. O Iluminismo que era tido como uma doutrina passou a dar lugar para o domínio da razão técnica. Os valores humanos, conforme observa Silva (2002), foram deixados de lado em troca do interesse econômico. Portanto, o que passou a reger a sociedade foi a lei do mercado.

Nesse sentido, há a prevalência para o individualismo material, que de acordo com Adorno e Horkheimer (1985), é fruto de toda essa indústria cultural.

Adorno e Horkheimer (1985) examinam que a indústria cultural não se trata de cultura feita pela massa para seu próprio consumo, porém de um ramo de atividade econômica, industrialmente organizado nos padrões dos conglomerados da fase monopolista do capitalismo. A consequência disso, como observa Silva (2002), é que a indústria cultural impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente.

Tratar a cultura enquanto negócio, de acordo com Silva (2002), corrobora em fins comerciais que são realizados por meio da sistemática e programada exploração de bens considerados culturais. Puterman (1994) informa em seu estudo sobre indústria cultural que Adorno era ao mesmo tempo filósofo e músico e por isso tinha preocupação com esses dois aspectos. A percepção de difusão da indústria no interior do domínio das artes e a de criatividade traz consequências diversas, conforme aprecia Puterman (1994). Para o autor ocorre o afastamento entre criadores, artistas e público.

Para Freitas (2004), por meio da tecnologia da indústria cultural, se aperfeiçoou o tratamento oferecido aos consumidores. Ainda segundo a autora, esse tipo abordagem aos usuários foi dado de forma como meros objetos de investigação estatística, além da invariável tentativa de mantê-los em um estado de manipulação e de menoridade através de estereótipos e formas que privilegiam sempre a resignação perante o sistema como um todo.

Contudo, Alcadipani e Tureta (2009) indagam que não se pode negligenciar um fator importante, que é responsável por boa parte das mudanças no ambiente organizacional: o desenvolvimento de tecnologias sofisticadas. Essas servem, segundo os autores, como instrumentos de ganho de flexibilidade, de eficiência no processo de comunicação, de aumento de desempenho e lucratividade. Mas, como apontado anteriormente por Freitas (2004), Alcadipani e Tureta (2009) também consideram que as tecnologias criam novas formas de controle e dominação que precisam ser explicadas.

A indústria cultural, conforme Freitag (2004, p. 72), “faz com que as massas consumam os produtos dessa indústria e, por conseguinte, esqueçam a realidade alienada que vivenciam”.

A cultura fornecida pelos veículos de comunicação de massa não permite que as classes assalariadas possuam reflexões críticas diante da realidade que estão inseridas (FREITAG, 2004). Isso porque, segundo a autora, ela mistura os planos da realidade material com a suas formas de representação e, desse modo, anulam os mecanismos de reflexão e crítica para acionarem a percepção e os sentidos, a visão e a audição. Com relação a esses dois últimos

sentidos, Puterman (1994) verifica que a industrialização também se introduz nas artes, como já explanado anteriormente, visto que houve a invenção do fonógrafo e do cinematógrafo, que abalaram dois ramos específicos delas, o som e a imagem.

Por fim, Duarte (2003) pondera que o desenvolvimento recente dos novos meios de comunicação, relacionados ao processamento digital de sons e imagens, destaca um processo de concentração de capital que, assim, reforça tendências já presentes no modelo clássico da indústria cultural criticamente analisado por Adorno e Horkheimer nos anos de 1940. O autor examina que essa crítica ainda se mantém pertinente nos dias de hoje, uma vez que os aperfeiçoamentos dos meios tecnológicos de produção, reprodução e difusão de mensagens visuais e sonoras possibilitam o aprofundamento e a abertura de métodos classificatórios e manipulatórios adotados pela indústria cultural.

#### **4. A CLASSIFICAÇÃO DO CONCEITO DE ECONOMIA CRIATIVA**

A noção de economia criativa é relativamente recente. Este é um conceito ainda em formação sem um consenso desenvolvido na literatura. Além disso, segundo Reis e Deheinselin (2008), diversos outros termos podem ser confundidos ou complementam de alguma forma o conceito de economia criativa, como economia do conhecimento; economia da experiência; economia da cultura; indústria cultural; e indústria criativa.

Especificamente, o termo indústria cultural tem sofrido diversas transformações desde o início dos anos de 1980. A indústria

cultural, para Hesmondhalgh (2007), ganhou importância em diversos países do mundo. Essa indústria não pode ser mais vista como sendo secundária em relação à economia tradicional, no qual os bens duráveis são fabricados. As companhias pertencentes a essa indústria, de acordo com Jäger (2014), têm se transformado e mudado radicalmente ao longo desses anos, com especialização em segmentos bem específicos do setor, tais como cinema, publicidade, televisão e gravadoras.

É dentro desse movimento mais amplo, que é possível compreender a categoria economia criativa ou economia da cultura. De acordo com Machado (2009), pode-se dizer que a tendência em substituir o termo indústria cultural por esses dois parece apontar para duas preocupações por parte dos adeptos dessas categorias: a) afastar a dimensão negativa e crítica encerrada no conceito analítico de indústria cultural, tal como desenvolvido pela Escola de Frankfurt; b) a necessidade de encontrar uma denominação que dê conta de uma série de atividades não contempladas pelo conceito de indústria cultural.

Adorno e Horkheimer (1985) examinam que a indústria cultural pode ser compreendida como um ramo de atividade econômica, industrialmente organizado nos padrões dos conglomerados da fase monopolista do capitalismo.

A consequência disso, como critica Silva (2002), é que a indústria cultural impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente.

Já a economia da cultura, para Reis (2008), abrange as indústrias culturais, partindo da definição de que estas carregam conteúdos

potencialmente culturais e concretizam seu valor econômico no mercado. Porém, a economia da cultura, segundo a autora, certamente não se limita a elas, compreendendo complementarmente atividades que não integram as indústrias culturais, como artesanato, turismo cultural, festas e tradições, patrimônio tangível e intangível e afins.

O termo indústrias criativas teve sua origem em um trabalho realizado pelo Departamento de Comunicação e Artes do governo australiano, em 1994. O trabalho intitulado como *Creativenation: Commonwealth cultural policy* tinha como objetivo desenvolver uma política voltada para cultura naquele país (JÄGER, 2014). Já nesse trabalho, ainda segundo o autor, a política cultural foi considerada de grande importância para a política econômica, pois a cultura cria riqueza, gera empregos e agrega valor. Além disso, a criatividade já era considerada como determinante para a adaptação do país aos novos desafios econômicos, sendo assim, considerada essencial para o desenvolvimento econômico.

Voltando para a categoria de economia criativa, o marco principal desta aconteceu em 1994, quando o primeiro ministro da Austrália, Paul Keaton, fez um discurso em que convidou a população a aproveitar as oportunidades geradas pela globalização e pelas mídias digitais (BACH, 2013). Foi o primeiro Governo a dar atenção para esse novo segmento, conforme afirma Miguez (2007), desenvolvendo o conceito de *CreativeNation* como base de uma política cultural voltada para a requalificação do papel do Estado no desenvolvimento cultural do país.

O conceito de economia criativa refere-se a um conjunto de atividades que dependem do

conteúdo simbólico, o qual nele está incluído a criatividade, como fator mais expressivo para a produção de bens e serviços, que favorece potencialmente a geração de riqueza e desenvolvimento econômico. Consequentemente pode favorecer ganhos de geração de renda, criação de emprego e exportação, promovendo a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano (UNCTAD, 2010).

Por fim, a matéria-prima da economia criativa está no conceito de criatividade construído ao longo das décadas, como asseveram Costa e Souza-Santos (2011). Segundo a Unesco (2010), a criatividade, fundada em várias dimensões do fenômeno e baseada na concepção individual de ideias geradas, pode ser modificada quando nasce da articulação entre as diferentes criatividades: científica, tecnológica, cultural e econômica. De acordo com Howkins (2001), a criatividade não é monopólio dos artistas, mas está presente nos cientistas, empresários, economistas, entre outros, pois eles têm a capacidade de criar algo novo, original, pessoal, significativo e real.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto neste artigo, a natureza da teoria crítica é reflexiva. Essa teoria pretende ser construtiva e com princípios emancipatórios, isto é, ideais libertadores, a fim de que o indivíduo seja capaz de pensar criticamente a respeito da manipulação que sofre devido às ações coercitivas que são realizadas pelo sistema. Essa teoria tem o intuito de promover questionamentos a acerca da realidade atual.

A formação de indivíduos com uma visão influenciada pelas ideias da Escola de



Frankfurt ou dos CMS torna-se uma ameaça para o pensamento organizacional dominante e para a manutenção do *status quo* gerencialista. Nesse sentido, no campo de estudos organizacionais, é importante reconhecer que o movimento trouxe uma contribuição significativa.

Logo, é complexo entender tal teoria, já que não é funcionalista, nem tampouco prescritiva. Não tem o objetivo de ser uma teoria aplicada, pelo contrário, a teoria crítica acaba sendo um conjunto de ideias que orientam a ação. Isso porque os estudiosos sobre a teoria crítica devem dedicar-se a descrever o mundo como ele deveria ser. Assim, com a observação das potencialidades do mundo, a teoria crítica volta-se para o desenvolvimento e execução desses potenciais.

Ainda sobre teoria crítica, acredita-se que ela pode ser muito útil à Administração em geral, e ao campo dos estudos organizacionais em particular, uma vez que propõe à contestação de toda forma de dominação, a censura à violência, a denúncia à burocracia, a contrariedade ao gerencialismo, que prevalece nos estudos da Administração

Considera-se que essa abordagem é um dos caminhos possíveis na busca da emancipação do homem, na direção de uma sociedade melhor e mais justa. Além disso, mesmo que não tenha o propósito de ser descritiva, a formulação da teoria crítica precisa levar em conta o contexto histórico que está inserida, para que não fique ultrapassada e sem aplicabilidade. Dessa forma, é preciso pensar nos caminhos que teoria crítica percorreu e ainda percorre com referência ao mundo recente.

Por isso, essa teoria estará para sempre em construção, posto que análises no decorrer do

tempo frequentemente terão que serem feitas, com intenção de identificar como as coisas deveriam ser em um determinado momento, preceito da teoria crítica já exposto anteriormente. Tais análises também são necessárias com objetivo de promover ações emancipatórias, além de senso crítico, mediante o sistema de dominação que a sociedade está adentrada. Logo, a importância de se estudar o contexto atual de uma civilização.

Por fim, abordando a respeito da indústria cultural, esta por sua vez acaba tratando a cultura com um viés mercadológico. Propositamente, a reflexão sobre o que é exibido e a capacidade de raciocínio crítico sobre o que é passado não ocorrem para a cultura das massas. O que acontece é a alienação do indivíduo que está inserido nesse meio com o propósito de se divertir ou até mesmo esquecer os problemas econômicos, sociais e políticos que sofre. Desse modo, a reflexão sobre o que é exibido e a capacidade de raciocínio crítico sobre o que é passado muitas das vezes não acontecem.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 224p.
- ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Perspectivas críticas no Brasil: entre a “verdadeira crítica” e o dia a dia. **Cadernos Ebape. BR**, São Paulo, v.7, n.3, p.504-508, set. 2009.
- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (orgs.). (Organizadores da edição brasileira: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T.). **Handbook de estudos organizacionais**, v. 1: Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999.
- ALVESSON, M.; BRIDGMAN, T; WILMOTT. H. Introduction. In: ALVESSON, M.; BRIDGMAN, T; WILMOTT. H. (eds). **The Oxford Handbook of**

**Critical Management Studies.** London: Oxford University Press, 2009. p.1-28.

BACH, L. Exploring the convergence of the rationales underlying the policies for science, technology and innovation and for creative industries. In: BURGER-HELMCHEN, T. **Economics of Creativity: ideas, firms and markets.** Oxon, New York: Routledge, 2013.

COSTA, A. D.; SOUZA-SANTOS, E. R. de. Economia criativa: novas oportunidades baseadas no capital intelectual. **Economia & Tecnologia**, ano 7, v. 25, p. 1-8, abr./jun., 2011.

DOMINGUES, J. M. Vicissitudes e possibilidades da teoria crítica hoje. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.71-89, jun. 2011.

DUARTE, R. **Teoria Crítica da Indústria Cultural.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 218p.

FOURNIER, V.; GREY, C. At the critical moment: conditions and prospects for critical management studies. **Human Relations**, v.53, n.1, p.7-32, 2000.

FREITAG, B. **A Teoria Crítica: ontem e hoje.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 184p.

FREITAS, V. Teoria crítica da indústria cultural. **Kriterion**, Belo Horizonte, v.45, n.109, p. 191-198, Jun. 2004.

HESMONDHALGH, D. **The Cultural Industries. Second Edition.** London: SAGE, 2007.

HOWKINS, J. **The creative economy.** How people make money from ideas. London: Penguin Press, 2001.

JÄGER, G. F. B. **Economia Criativa e seus indicadores:** uma proposta de índice para as cidades brasileiras. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

MACHADO, R. M. **Da indústria cultural à economia criativa.** ALCEU, v. 9, n.18. p. 83-95, jan./jun., 2009.

MIGUEZ, P. **Economia criativa:** uma discussão preliminar. Salvador: EDUFBA, 2007.

NOBRE, M. **Teoria crítica:** uma nova geração. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n.93, p.23-27, jul. 2012.

PUTERMAN, P. **Indústria Cultural:** a agonia de um conceito. São Paulo: Perspectiva, 1994. 118p.

RABAÇA, S. R. **Variantes críticas a dialética do esclarecimento e o legado da Escola de Frankfurt.** São Paulo: Annablume, 2004. 132p.

REIS, C. F. **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento:** uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. 267 p.

REIS, C. F. DEHEINSELIN, L. **Caderno de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local.** Espírito Santo: SEBRAE, 2008.

SILVA, D. R. Adorno e a indústria cultural. **Revista Urutágua**, Maringá, v.1, n.4, maio, 2002.

TENÓRIO, F. G. **Flexibilização Organizacional: mito ou realidade?** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 358p.

UNCTAD. **Creative Economy Report 2010.** a feasible development option. Geneva: UNCTAD/ DITC, 2010. Disponível em: [http://www.unctad.org/en/docs/ditctab20103\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/ditctab20103_en.pdf). Acesso em: 15 maio 2019.

UNESCO. **Creative economy:** report 2010. Nova York: United Nation, 2010.

VIEIRA, M. M. F.; CALDAS, M. P. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.46, n. 1, p.59-70, mar., 2006.

---

#### **Flora Thamiris Rodrigues Bittencourt**

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Mestre em Administração pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Doutoranda em Administração pela Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO. É pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Turismo da UNIGRANRIO.

---

---

#### **Deborah Moraes Zouain**

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE/UFRJ. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO. Atualmente é coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Turismo da UNIGRANRIO.

---